

☐ **ESPAÇO ABERTO**

ESTADO DE SÃO PAULO

A dívida externa revisitada

CÉSAR MAIA



O Brasil praticamente interrompeu o pagamento da dívida externa há oito meses. A Argentina já o fez há quase dois anos. Nem por isso seus problemas internos diminuíram. Claro

que seria ingênuo concluir, ao contrário, que simplesmente se deva pagar a dívida externa de forma contratual pactuada. Porém, pode-se perfeitamente concluir que deixar simplesmente de pagar também não é solução.

Acreditamos que contribua para o entendimento do problema a questão do *Tratado de Versalhes*. O tema tem sido usado com frequência e o processo eleitoral foi exemplo, para tentar demonstrar a correlação entre a exigência sobre uma dívida externa impagável e a desestabilização econômica. Como se sabe, após a I Guerra Mundial foi assinado o armistício, o *Tratado de Versalhes*, o qual, entre outras condições, criava uma dívida de indenizações de guerra para a Alemanha que exigiria uma transferência anual em divisas, para o Exterior, superior a 5% do PIB alemão.

Uma leitura rápida e uma conclusão superficial procuraram relacionar tal fato com a desestabilização alemã dos anos 20. Neste sentido, o esforço realizado pela Alemanha para transferir mais que 5% de seu PIB, por ano, para o Exterior, teria criado as condições para a hiperinflação.

No entanto, uma análise mais atenta (veja, por exemplo, Turróni) nos mostra que, através de atrasos e inadimplências, no conjunto a Alemanha terminou transferindo menos da metade do exigido.

Na verdade, o fato relevante não foi o valor transferido, que se, inclusive, tivesse sido menor não alteraria substancialmente a equação. O fato relevante, em nosso entendimento, foi o não equacionar do problema. A incapacidade de a Alemanha honrar da forma imposta aqueles compromissos, gerou dois tipos de efeito: por um lado, via atrasos e inadimplências, a dívida exigida nas condições impostas não foi paga; por

outro, o problema ficou pendente e foi sendo politizado, até que chegasse como a espada de Dâmoques, sob o povo Alemão.

**É urgente
definir as
restrições e
retomar as
negociações**

É este segundo aspecto que entendemos relevante.

Analisando do ponto de vista estritamente econômico seria coisa muito diferente a Alemanha pagar 2% do PIB por ano, através do recurso a atrasos e suspensões, do que pagar 2% do PIB por ano por meio de uma negociação que compatibilizasse o exigível com a capacidade de pagamento do devedor.

A primeira situação torna precárias as relações econômicas com o exterior, recortando prazos e expandindo garantias. Além disso, constrói um instrumento político transferidor de responsabilidades, politizando permanentemente o debate sobre questão. De certa maneira, a solução do problema enfraquece internamente seu uso político, ao desmontar a imagem do inimigo comum.

A segunda situação, à inversa, transforma uma variável imprevisível em constante e relança o debate acerca do que fazer econômico para outros pontos pelo menos tão relevantes quanto os encargos da dívida externa.

De forma nenhuma queremos restar importância política ao *Tratado de Versalhes* nem tampouco comparar, em qual, situações tão diferentes. Porém, isso sim, chamar a atenção para um argumento falacioso. Além disso, tentar demonstrar que não dá no mesmo renegociar novas condições de pagamento ou impô-las unilateralmente. É possível, até, que alguma decisão unilateral tenha de ser adotada — no entanto e sempre dentro da busca de uma solução permanente e negociada.

O Brasil e a Argentina suspenderam, por impossibilidade financeira, o pagamento contratado da dívida externa. É possível, também, que nas condições exigidas nunca este fluxo seja retomado normalmente. Esta não é, porém, uma solução: é uma situação inevitável, mas não desejável. Ela surge como uma solução aparentemente simples, que completa quantitativamente um sistema de equações, mas que não o resolve. A idéia de que a renegociação da dívida externa deixou de ser uma prioridade, já que não vem exigindo desembolso, é uma perigosa armadilha. A suspensão necessária do fluxo não normaliza a questão, desviando as atenções, sobrepolitizando o problema e ficando sempre à disposição como uma "boa" desculpa.

É urgente definir as restrições e retomar as negociações.

☐ César Maia é deputado federal (PDT-RJ) e foi secretário da Fazenda do Rio.